

“PORTO ALEGRE VIVE”: (CO)OPERAÇÃO E FORMAÇÃO DE REDES NA ORGANIZAÇÃO DA CIDADE

Luciele Nardi Comunello¹

Artigo recebido em: 13/02/2013 | Aceito em: 14/04/2013

Resumo

Este artigo apresenta uma cartografia de redes em (co)operação em um movimento urbano: *Porto Alegre Vive*. Utilizamos a topologia das redes centralizadas, descentralizadas e distribuídas; alguns princípios do pensamento complexo: dialógica, holograma e auto-eco-organização; bem como a perspectiva da ordem-desordem-organização. Os resultados apontam para formas de comunicação; para a centralização e mediação, bem como a distribuição, enfatizando o paradigma da não-fronteira. A cooperação é entendida como causa e efeito de relações mais autônomas, logo, mais democráticas.

Palavras-chave: complexidade, redes, democracia, cidade, sustentabilidade.

“PORTO ALEGRE VIVE”: (CO)OPERATION AND NETWORKS FORMATION ON CITY ORGANIZATION

Abstract

This paper presents a cartography of networks in (co)operation, in an urban movement: *Porto Alegre Vive*. We used the network topology for centralized, decentralized and distributed networks; some principles of complex thinking: dialogic, hologram and self-eco-organization, as well as the perspective of order-disorder-organization. The results point to communication forms; to centralization and mediation, as well as the distribution, emphasizing a non-boundary paradigm. The cooperation is understood as cause and effect of more autonomous relations and, therefore, more democratic.

Keywords: complexity, networks, democracy, city, sustainability.

¹ Graduada em Psicologia pela PUCRS, em 2004. Mestre em Psicologia. Doutoranda do Pós-Graduação em Educação da PUCRS (2013). E-mail: <lelicomunello@gmail.com>

Introdução: a lógica dos múltiplos caminhos

Na história de nosso país, o processo de formação de associações de moradores está relacionado com a intervenção em localidades de baixa renda. Mesmo a Psicologia, principalmente a Psicologia Comunitária, surgida como crítica às noções de neutralidade e ênfase no compromisso político da ciência (Arendt, 1997), acabou tendo seu olhar voltado para comunidades com este perfil, também em função do compromisso com a emancipação das classes dominadas.

O Movimento estudado neste artigo tem berço em bairros de classe média/alta de Porto Alegre. Esse foi ponto mobilizador de nossa atenção: parecem apresentar a emergência de um novo *ethos* – uma nova forma de pensar e agir, de se relacionar com os espaços urbanos, cuja luta não é pautada na divisão de classes e nem confere à questão do trabalho uma centralidade. Sua ação contém, direta ou indiretamente, uma visão da cidade como rede, que conecta diferentes pontos em relação e é fortemente atravessada pela luta ambientalista, que vem ganhando força nos últimos quarenta anos.

Este artigo faz parte de uma pesquisa maior, que buscou mapear o percurso de um Movimento ao traçar ações sustentáveis no contexto urbano. A pesquisa buscou identificar a construção do conceito de sustentabilidade, bem como seus atravessamentos na constituição do Movimento estudado. Este artigo apresenta uma reflexão acerca da articulação de suas estratégias e dos actantes envolvidos, considerando os antecedentes históricos que favoreceram a lógica da cooperação na organização da sociedade. Objetivamos traçar um desenho das redes de um movimento urbano, compreendidas como efeito das relações que se estabelecem na tessitura social. Buscamos traçar seus contornos, mapear suas articulações e refletir sobre como os movimentos em rede são capazes de transfigurar a vivência de processos democráticos. Para tanto, torna-se necessário iniciar apresentando o contexto da pesquisa.

O contexto da pesquisa

O Moinhos de Vento é um bairro tradicional de Porto Alegre, criado pela lei número 2.022 de 7/12/1959. O² Bairro possui uma área de 82 ha, com aproximadamente 3.127 domicílios, onde residem 8.067 moradores. Teve sua configuração bastante modificada nos últimos anos, pela construção de muitos edifícios residenciais e, principalmente, pela grande expansão do comércio que o transformou em zona mista. Caracteriza-se pela alta concentração de renda, pelo fluxo de uma elite cultural da cidade, que reside ou transita por suas ruas. Nesse Bairro encontram-se lugares conhecidos, como o Parque Moinhos de Vento (Parcão), a Hidráulica Moinhos de Vento, o Morro Ricaldone e o Moinhos Shopping. Perguntávamos que motivações existiriam para que, em um bairro com tamanha concentração de renda, os moradores se reunissem para realizar alguma reivindicação. Os moradores do Bairro Moinhos de Vento fundaram em setembro de 2003 a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Moinhos de Vento – *Moinhos Vive*. Na oficialização dessa entidade, uma identidade: associação cultural sem fins lucrativos. No estatuto da associação, a descrição de seu propósito: “*promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, através de esforços para atuação junto ao Poder Público, à iniciativa privada e aos próprios moradores*”. Além disso, “*defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável*”. Os membros da associação explicitam sua atuação ao especificarem os interesses

² De acordo com o senso de 2009 - <http://www.portoalegre.rs.gov.br>.

relativos à segurança, urbanização, meio ambiente, história, cultura e lazer.

Nas primeiras reuniões de que participamos, tomamos conhecimento de outras associações análogas, em bairros como Petrópolis, Bela Vista, Centro, Bom Fim, que se conectavam as ações do *Moinhos Vive* pela consonância quanto à busca de desenvolvimento urbano sustentável. Essas associações carregam consigo a história do movimento ambientalista, reconhecidamente forte na cidade e no Estado, ampliando sua discussão da dimensão biológica à cultural, incluindo processos que envolvem diversos poderes (econômicos, técnicos, políticos) na gestão da cidade. Do encontro dessas associações, surge, em 2002, o *Movimento Porto Alegre Vive*, cuja constituição possui forte atravessamento dos discursos acerca da sustentabilidade. Em nível global, as discussões sobre sustentabilidade também produziram terreno fértil para o surgimento de propostas de gestão, como a governança local/global.

Voltando à Associação *Moinhos Vive*, concebemos que se constitui nodo de uma rede complexa, que envolve organizações da sociedade civil, iniciativa privada, organizações públicas (governamentais). Constitui-se, ainda, holograma do *Movimento Porto Alegre Vive*, como uma de suas partes, que contém o todo em si. Ela se torna referência em nossa experiência e, por isso, possa parecer investida de centralidade. É necessário, no entanto, lembrar que essa rede não tem centro, mas é efeito de relações que se estabelecem espontaneamente, a partir de sentidos e interesses partilhados.

A Estratégia Metodológica: cartografia

Com o compromisso e a implicação da militância, buscamos aliança com a estratégia metodológica da cartografia. A cartografia aparece como estratégia e atitude diante da pesquisa, promovendo uma ruptura com o modelo que recomenda métodos de representação de objetos preexistentes (Passos, Kastrup & Escóssia, 2009). Sujeito e objeto são compreendidos como co-emergentes no processo de produção de conhecimento. A produção de conhecimento é, assim, produção recursiva de realidade. Adotamos essa estratégia por permitir a construção do caminho ao andar, tomando como ponto de partida a experiência (definida como plano em que sujeito e objeto, teoria e prática constituem co-emergências). A imersão no plano da experiência nos possibilita “conhecer o caminho de constituição de dado objeto, o que equivale a caminhar com esse objeto, constituir esse próprio caminho, constituir-se no caminho” (Passos & Barros, 2009, p.31). A cartografia propõe um deslocamento da noção de rigor científico, que passa a se aproximar dos movimentos da vida, das propriedades do vivo: “a precisão não é tomada como exatidão, mas como compromisso e interesse, como implicação na realidade, como intervenção.” (Passos, Kastrup & Escóssia, 2009, p.11). Assim, nossa postura afirma o deslocamento do “objeto”- como algo pre existente - para a relação que o constitui. O foco na relação é um posicionamento político e nos remete à lógica das redes, caracterizada pela conectividade. A rede é a própria imagem da relação, visto que, em sua organização, as linhas são mais importantes do que os nodos, porque são as conexões (relações) que fazem a rede: “é o relacionamento entre os pontos que dá qualidade de rede ao conjunto” (Martinho, 2004).

O itinerário da pesquisadora inicia com reuniões semanais na Associação *Moinhos Vive*, passando pelo *Movimento Porto Alegre Vive*, outras associações, ONGs e entidades como o Rotary Club, reuniões do Fórum de Entidades, Audiências públicas na Câmara Municipal, reunião com a promotoria do Ministério Público e com empresários - iniciativa privada. Todos esses encontros foram devidamente registrados

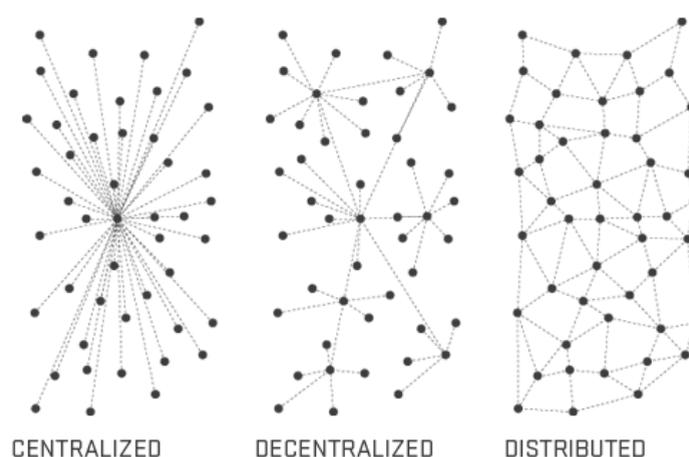
em Diário de Campo e orientam uma composição em diálogo com cinco entrevistas que tivemos com cinco lideranças vinculadas ao *Porto Alegre Vive*. Essas lideranças constituem pontos hiper-conectores da rede, pontos que agregam muitas articulações, linhas, conexões e funcionam dentro da dinâmica de caminhos da rede, como atalhos entre um ponto e outro (Martinho, 2004, p.63-64). Por esse motivo, seus nomes foram citados como referências por seus pares.

Operadores conceituais: redes e princípios da complexidade

Para auxiliar essa composição, utilizamos a perspectiva do actante, de Bruno Latour para designar como nodo da rede qualquer pessoa, instituição, ou outro agenciamento qualquer que produza efeitos no mundo. Um actante é heterogêneo em sua composição, é efeito de uma articulação entre humanos e não humanos (Moraes, 2004). A ideia de redes em (co)operação aqui mencionada está relacionada a dois sentidos. O primeiro é o de cooperação, no sentido de relações solidárias a partir das quais somos capazes de promover ações coletivas – pressupõe espaços de consenso. O segundo é o de co-operação, reflexão sobre as articulações entre actantes que operam simultaneamente, mas não necessariamente através de relações solidárias, consensuais, na gestão da cidade. A ideia de formação de redes em cooperação (no primeiro sentido) no Brasil também está associada às experiências pioneiras vividas na área de educação ambiental, principalmente a partir da década de 90 (Martinho, 2004). Mais uma vez, explicita-se a importância das lutas ambientais na organização da sociedade.

Outra noção importante na constituição da rede que aqui tecemos é o diagrama divulgado por Ugarte (2008). Esse diagrama apresenta o modelo de redes centralizadas, descentralizadas e distribuídas, presente nas discussões propostas por Franco (2004; 2008) e Martinho (2004).

Figura 1 – A topologia das redes



Fonte: Ugarte (2008)

Como podemos ver na figura acima, no modelo centralizado todos os nós estão conectados através de um nodo central, mediador de toda a rede. A lógica que mantém esse modelo se aproxima do que Deleuze e Guattari (1995, p.24) chamaram de *cultura arborescente*. Sua vulnerabilidade consiste no fato de que se o nodo central-mediador for eliminado, a rede também o será. Altos graus de centralização produzem relações hierárquicas e, nessas situações, o fluxo da rede pode ser facilmente regulado, controlado, coman-

dado, obstruído, manipulado, pelo seu centro. Na rede descentralizada, a lógica da centralidade permanece e se multiplica. Trata-se de uma rede de redes centralizadas, em que alguns nodos conectados centralizam as conexões entre vários outros. Nosso sistema político, calcado na representação, produz relações dentro desse padrão. Grandes instituições e seus organogramas igualmente desenham este padrão, experimentando relações baseadas em comando-controle. Por outro lado, esta dinâmica está sempre sujeita à subversão, a partir da possibilidade da criação clandestina de outros caminhos possíveis.

Por fim, no modelo da rede distribuída todos os nodos podem estabelecer conexão com todos os outros. Esse modelo possui um arranjo horizontal, rizomático (Deleuze, Guattari, 1995), em que não há necessidade de mediação. Isso torna a rede mais resiliente, pois a eliminação de qualquer nodo não altera a configuração da rede deforma impactante. Trata-se do modelo mais dinâmico, em que o fluxo da rede percorre múltiplos caminhos, sem um centro regulador, de acordo com a heterogeneidade e intencionalidade dos nodos. Daí sua característica auto-organizadora. Na rede distribuída, “autonomia e insubordinação são conceitos chaves. Nesse sentido, participar de uma rede, (...) representa uma revolução política individual, uma nova forma de organizar e vivenciar espaços de poder” (Martinho, 2004a, p.4).

Exemplos de redes centralizadas/descentralizadas são recorrentes em nosso cotidiano: os organogramas verticais de empresas tradicionais, a organização da máquina estatal, marcada por verticalização e burocracia – “reino da mediação”. Entretanto, cabe colocar que essas três formas de organização (centralizada, descentralizada e distribuída) constituem modelos, de modo que raramente veremos redes totalmente centralizadas ou completamente distribuídas, mas tendências à centralização e distribuição. A rede, neste trabalho, não é tomada como suporte, mas como efeito de um modo de organização que, recursivamente, produz efeitos em suas partes (Franco, 2008). Redes em (co)operação são, desse modo, geradas por relações colaborativas ao mesmo tempo em que as potencializam – “rede produz horizontalidade e horizontalidade produz rede”(Martinho, 2004, p. 27). Quanto maior a distribuição da rede, mais colaborativa ela tenderá a ser.

O aspecto colaborativo das manifestações sociais, ganha visibilidade em meados do século XIX, na Europa, quando movimentos de resistência popular que acabaram produzindo experiências solidárias, de ajuda mútua, cooperação e associação. Nas últimas décadas, diferenciaram-se afirmando a dimensão política em sua ação. O reconhecimento desse modelo aponta para outras possibilidades de sustentação de formas de vida social, descentralizadas, afirmando outra forma de regulação da vida em sociedade (França Filho, 2002). No Brasil, existem relatos de um expressivo crescimento de sociedades mutualistas na década de 70 do século XIX. Essas organizações funcionavam “como *locus* de agregação de identidades e interesses compartilhados, reforçando os laços de solidariedades horizontais, e edificando espaços de sociabilidade e lazer para seus integrantes” (Jesus, 2007, p.476). Esses movimentos mutualistas muito contribuíram para a

[...] formação e o fortalecimento de uma cultura cívica entre os trabalhadores, indispensável ao processo de construção da cidadania no Brasil. Além disso, que a experiência mutualista representou um nível significativo da capacidade de organização da sociedade civil brasileira em torno do direito à proteção social. (p.475)

Alguns aspectos semelhantes às associações que nos referimos neste trabalho já apareciam nessas formações mutualistas, como por exemplo, a promoção de atividades culturais, “espaços para lazer e conagração dos associados e dos demais moradores das cidades” (p.477). Como hoje, os recursos para os

seus empreendimentos eram alavancados junto à própria sociedade e junto ao poder público.

[...] Além das associações que se sustentavam exclusivamente com recursos privados, havia sociedades de socorros mútuos que recebiam subvenções do Estado. [...] Requeriam subvenções, [...], solicitavam serviços públicos dos mais diversos matizes e almejavam isenção de impostos. Portanto, seria difícil caracterizar as sociedades de socorros mútuos como instituições de caráter público ou privado tão somente, pois, no cotidiano tais instâncias se diferenciavam com pouca nitidez. O próprio poder público não sabia como reconhecê-las. (p.478)

As relações de mutualismo engendradas por essas experiências se manifestam concretamente em práticas de solidariedade, aglutinando homens e mulheres, fazendo florescer uma cultura emergente “diante de transformações econômicas, sociais, políticas e ideológicas” (p.502), que marcaram o século XIX no Brasil. Retornaremos a este ponto na discussão dos resultados.

Em uma aliança com Morin (2005), aproximamos aos conceitos de redes e actantes alguns princípios da complexidade, como o *holograma*, a *dialógica* e a *auto-eco—organização*. Pensando a relação do todo com as partes, o *holograma* postula que assim como o todo contém a parte, a parte contém em si o todo: “a totalidade do patrimônio genético está presente em cada célula individual; a sociedade está presente em cada indivíduo, enquanto todo, através de sua linguagem, sua cultura, suas normas” (p.94). Podemos, a partir desse operador, pensar em cada um dos sujeitos envolvidos neste Movimento urbano, como *hologramas*, contendo em si o Movimento, a partir de convicções, valores, desejos e intenções. O Movimento também se torna *holograma* de uma organização política, contendo em si as idiossincrasias institucionais. Por fim, a pesquisadora, enquanto militante também é *holograma*, o que nos faz pensar que o processo de conhecimento é também um processo de autoconhecimento. O conceito de *dialógica*, em Morin, trata da coexistência de elementos opostos, que são ao mesmo tempo antagônicos e complementares. A *dialógica* está presente na concepção do autor sobre *auto-eco-organização*, ou seja, a autonomia, compreendida como oposta e complementar à dependência, pois os seres só podem manter sua individualidade na e pela dependência do seu ambiente. Além disso, o princípio dialógico também compõe o conceito de *unitas-multiplex* (Morin, 2005), que se refere à integração da unidade e da multiplicidade como elementos concorrentes e complementares.

Os princípios acima citados são princípios que constituem diretrizes para o pensamento complexo. Ao pensar sobre sistemas complexos, também se faz necessário compreender a perspectiva da organização por meio da dialógica ordem-desordem. Nesse processo, a ordem está associada às noções de “estabilidade, constância, regularidade, repetição; há a ideia de estrutura” (p.197). A desordem se constitui pelo acaso, pelas irregularidades e instabilidades, pelos desvios, pelas aleatoriedades, pelos acontecimentos, acidentes, ruídos, erros - na dimensão objetiva - e pela incerteza ou imprevisibilidade - na dimensão subjetiva (Morin, 2005). A desordem, de maneira dialógica, se opõe à ordem e, ao mesmo tempo, coopera com ela para gerar organização.

Discutindo resultados: reflexões possíveis

Embalada por uma configuração em rede distribuída, a proposta desta escrita traduz o posiciona-

mento de não-hierarquização entre saber acadêmico e senso comum, como forma de reintegrar saberes que foram dissociados por uma ciência pautada pelo ideal da racionalidade moderna (Santos, 2001).

[...] A ciência moderna construiu-se contra o senso comum que considerou superficial, ilusório e falso. A ciência pós-moderna procura reabilitar o senso comum por reconhecer nesta forma de conhecimento algumas virtualidades para enriquecer a nossa relação com o mundo. (p.55)

Assim, o texto compõe com enunciados de lideranças comunitárias, evidenciando um posicionamento que inclui o então chamado senso comum na construção do saber. As falas dos cidadãos, elencadas pela pesquisadora a partir de sua sensibilidade aos afetos e do material registrado em diário de campo, promovem uma reflexão em três sessões que seguem abaixo.

A comunicação faz a rede: “o movimento vive dentro do meu computador”

A importância da comunicação na formação das redes é largamente explorada por Martinho (2004). É através dos canais de comunicação que as redes se constituem na partilha de desejo e sentidos: “*eu fazia o material de apoio, de propaganda, eu fiz um blog*”. É por meio de blogs que as Associações divulgam suas ações - participação cidadã que se dá pela partilha de desejos e sentidos. Esse compartilhar encontra nas ferramentas disponibilizadas pelas novas tecnologias de informação e comunicação a possibilidade de ampliar suas ações e seu território: “*Então, as pessoas assim, hoje com a internet, a gente sabe o que está acontecendo no norte, o que está acontecendo em São Paulo, então as pessoas já se articulam e vêem, e entram em contato*”. Relativizam-se, assim, as noções de local e global, uma vez que as notícias veiculadas pelos blogs transitam conectando nodos que, em princípio, encontrava-se em outro território. Franco (2008) utiliza o termo “glocalização” (p.119) para tratar da hibridização local-global. Esse termo acolhe a dialógica que concebe complementaridade e simultaneidade do global e local.

Dentro dessa perspectiva, podemos pensar que a própria temática que mobiliza esses Movimentos – sustentabilidade - tem a característica da glocalidade, pois trata-se de uma discussão global (preservação ambiental, aquecimento global) que se traduz em ações locais – o local passa a ser compreendido como holograma, nodo da rede global: “*Aí então a gente começou, eu mandava e-mails, o pessoal traduzia e tudo: ‘quer ajudar? Manda e-mails para o Ministério da Cultura, protestando’... o Partido Verde da França, todo mundo, tudo que é lugar, da Argentina veio e-mails, nem sei quantos...*” Formam-se aqui também, redes em cooperação, no momento em que pessoas de diversas partes do mundo se solidarizam com uma causa global tratada em âmbito local. A preocupação global com a defesa do meio ambiente se localiza na ação de tombamento da Rua Gonçalves de Carvalho – primeira rua a ter seu patrimônio histórico, ambiental e ecológico tombado no Brasil³. As redes em (co)operação se auto-organizam acerca desse intento. Há um movimento de colaboração⁴ e solidariedade, partilha em torno de interesses convergentes. Essa mobilização implica estratégias de disseminação de ideias, ações, posicionamentos que, com o auxílio da tecnologia, espalham-se sem controle, de forma aleatória e imprevisível: “*Eu não sei*

³ Reportagem sobre o túnel verde da Gonçalves de Carvalho, no Jornal Floresta, edição de maio de 2007.

⁴ Utilizo as palavras de Mance (2000) para definir colaboração, do latim, “trabalhar juntos” e solidariedade, “deriva de solidu, significando algo forte, que dificilmente se deixa destruir por uma força externa”. A solidariedade trata de uma relação de corresponsabilidade pelo “bem-viver de todos e de cada um em particular” (p.17).

como é que surgiu, isso aí não tem uma participação direta minha, eu não sei o que que houve, talvez o pessoal começou a ver a briga que acompanha no blog.” Esse exemplo nos mostra as tecnologias como possibilidade de promover maior grau de distribuição na topologia da rede social, em que não há mediação ou possibilidade de controlar o fluxo comunicacional e, portanto, as formas de participação que daí vão se produzir. Este exemplo ilustra uma das principais propriedades da rede: sua não-linearidade, ou seja, a capacidade de que a informação circule de forma não-linear e imprevisível, podendo percorrer um caminho circular que confere à rede um mecanismo de realimentação (Martinho, 2004). Os meios de comunicação utilizados pelo *Porto Alegre Vive* incluem a criação de blogs e, principalmente, o envio de e-mails. Através desses canais, conectam-se associações de bairro, instituições profissionais, sindicatos, ONGs, movimentos ambientalistas e mesmo órgãos públicos, secretarias de planejamento, do meio ambiente, da cultura, da segurança, gabinete do prefeito, vereadores e deputados.

As tecnologias da informação marcam a passagem da era industrial para a era informacional, caracterizada pela sociedade em rede. Castells (1999) também pontua as mudanças nos modos de produção e desenvolvimento: na era industrial, centrado nas novas fontes de energia e na descentralização de seu uso; na era informacional, na tecnologia de geração de conhecimento, processamento da informação e comunicação de símbolos. Logo, a lógica das redes é considerada pelo autor como uma das principais características da sociedade informacional - trazendo a ideia do não-estruturado como possibilidade flexível e força motriz da criação/inação. Outro paradoxo original da rede é a possibilidade de controlar ou fazer circular (Musso, 2004), disseminar informações ou centralizar poder a partir da regulação dessa circulação. Nos movimentos, as postagens nos blogs podem servir para potencializar ações cooperativas e distribuídas, ou gerar mais mediação sobre elas, se a informação se conectar a redes mais centralizadas, correndo a ação o risco de ser obstaculizada. O paradoxo entre circulação e controle se faz presente, pois ao mesmo tempo em que os cidadãos criticam a centralidade da máquina burocrática do Estado, como hologramas apresentam o mesmo paradoxo quando necessitam interceptar os fluxos da informação: “*Eu não permito comentários no blog do Movimento*”, relata um dos participantes, dizendo que já foi muito insultado através de postagens. Desse modo, existem ações mais centralizadas, outras mais distribuídas. A mídia eletrônica/virtual também promove individualismo e isolamento: “*Hoje as pessoas são muito individualistas, a pessoa fica em casa e se isola do mundo. Ela entra em uma janela da internet e fica vivendo uma realidade diferente, ela tá vivendo a realidade americana, russa, da Islândia, sei lá.*”.

Outra forma de comunicação usada é a mídia impressa, vista como afirmação do modo de vida capitalista; informação cujo fluxo é mediado pelos grupos detentores do capital, corporações com interesses específicos. A falta de apoio dos meios de comunicação formais às ações que são desenvolvidas pelos Movimentos urbanos é enunciada: “*A mídia é cruel, porque ela tem interesses econômicos atrás, principalmente um grupo aqui que todo mundo sabe quem é, não preciso dizer...*”(....) “*Então, primeiro lugar, o direito do cidadão de ser ouvido. Porque ele é esmagado, porque a mídia não nos dá espaço. Só o jornal de bairro. Porque os grandes jornais, por motivos óbvios... (para eles) nós somos ecoixitas...*” Dentro da mesma lógica, a televisão é vista como promotora de individualismo e alienação: “*existe a televisão que faz um impacto terrível na cabeça... (...) desviam a atenção da pessoa*”; “*E outra coisa é que hoje a sociedade está muito mais individualista. A gente, naquele tempo... talvez seja o efeito televisão, né, porque não tinha televisão naquele tempo*” Guy Debord (1997) enuncia o domínio da mídia como instrumento de comunicação pretensamente imparcial, em que a informação, significada como pura, é unilateral e legitimadora do *modus vivendi*. Trata-se da homogeneização de um modo de vida dominante, marcado

pela alienação, pelo individualismo, pelo consumo e pela aparência. Por outro lado, há a possibilidade de deslocamento territorial e de disseminação, potência de conectividade por veiculação de informações na televisão. Registro a ocasião em que um membro da diretoria conta as repercussões de uma reportagem veiculada pelo Jornal Nacional: “*Conta que recebeu 36 ligações, incluindo uma de Istambul (de um amigo que está morando lá e assistiu à reportagem pela internet, em tempo real)*” (Registro de reunião da Associação *Moinhos Vive*, dezembro de 2008).

O reino da mediação: processos de centralização em redes

Vivemos em um mundo tomado por organizações que mantêm a lógica da centralização. A este conjunto de processos centralizados (associados à formalidade) que caracterizam a sociedade, chamamos, aqui, “reino da mediação”. Na *Associação Moinhos Vive*, mapeamos um processo de progressiva centralização quando deixa de ser um “Movimento” para se tornar uma “Associação Sem Fins Lucrativos”. Relata-se, então, um esvaziamento: “*o Movimento passou a ser uma Associação. E aí, como toda a Associação, onde tem cabeças que ficam pensando, as reuniões se tornaram cada vez menores...*” De certa forma, o processo de formalização de um Movimento, passando a atuar com um Estatuto definido, ao ter seus propósitos bem delineados, acaba por constituir um *dever ser*, deixando de ser regido por uma lógica de distribuição. Quanto mais fixamos uma ordem pré-estabelecida, um caminho único, menos há espaço para a distribuição e, portanto, para inovação estratégica.

Enquanto a formalização está associada ao controle, a informalidade está associada à liberdade, ao fluxo: “*mas eu tinha uma coisa que me dava liberdade, porque o movimento era informal e eu não tinha que prestar contas para ninguém.*” Os procedimentos de controle pertencem ao mundo da mediação, principalmente porque esse controle passa a se estabelecer de uma forma hierárquica. A horizontalidade é mais uma propriedade das redes distribuídas (Martinho, 2004), enquanto a hierarquia é marca da centralização/mediação. A centralização política também acontece na esfera partidária: “*Aí um diligente meu chegou e disse ‘olha, tu cumpriu o teu papel na juventude, agora tu já não é mais tão jovem, os espaços na juventude, por tudo o que se fez, estão fechados, né. Então, tem que procurar uma atividade de massa para fazer’. (...) no movimento sindical nós estamos com boa representação, só que no movimento comunitário não tem ninguém.*” A partir disso, é possível pensar que vivemos relações em redes que conectam padrões distribuídos e centralizados todo o tempo, de acordo com o fluxo de informação e com a possibilidade de traçar múltiplos caminhos ou não.

A própria delimitação das formas de articulação propostas pelo governo municipal, denuncia a centralidade nos processos de gestão. Em reunião, no dia primeiro de setembro de 2008, registro uma conversa sobre a organização proposta pela prefeitura: “*são das mais diversas ordens e formas. A Secretaria de Planejamento divide a cidade em 8 Regiões; a Secretaria de Segurança divide a cidade em 17 Distritos; o Orçamento Participativo ainda possui uma outra configuração*”. Tal disposição acaba por promover desarticulação e desmobilização, dificultando estabelecimento de vínculos e partilha de desejos e informações. Quando muda a pauta, o cidadão é encaminhado à outra instância, outro território.

Mesmo os movimentos e as associações acabam por organizar-se centralizadamente - União das Associações de Moradores da cidade (UAMPA), ou ainda Federação Rio grandense de Associações Comunitárias e Associações de Bairro (FRACAB - que também possui interesses partidários aliados). Ao

mesmo tempo resistem a ela, quando se agregam em um movimento que decidem chamar *Porto Alegre Vive*, para reivindicar espaços de participação na construção do Plano Diretor. O encontro das associações que posteriormente viriam a compor o *Porto Alegre Vive* se deu dentro das Regiões de Planejamento (Fórum de Planejamento). Assim, uma organização descentralizada contém em sua periferia a possibilidade de distribuição, que vem tensionar o centro, apontando para uma necessidade de (re)organização. Ainda, há centralização no *Movimento* quando se coloca como fiscal do serviço público, na mediação entre o desejo e os rituais iniciáticos da máquina estatal, que prevêem caminhos bem delineados para a execução de qualquer ação. Em uma reunião do Fórum de Entidades⁵, registro a criação de uma comissão jurídica, que estava “*com a atenção máxima voltada para entrar contra as irregularidades das leis*”. Isso nos leva à reflexão: para que o cidadão possa questionar uma lei, é preciso articular uma série de códigos que remetem a despolitização pela mão da técnica: é preciso ter um advogado, técnico, especialista, para questionar a instituição de uma lei para a qual o movimento cidadão muitas vezes representa desordem. Há, então, um esforço no sentido de transformar a estrutura institucional, propondo nova organização. Um exemplo disso aconteceu na elaboração da Lei Orgânica de Porto Alegre, em 1989, quando foi criado o Fórum Municipal de Entidades - espaço de participação popular relativo à gestão da cidade. Em um relato, o processo de tensionamento para a criação desse espaço é contado: “*era uma reunião dos vereadores, para discutir o regimento interno da Constituinte Municipal. Então só os vereadores têm acesso. Eu saí com aquilo na cabeça (...), caminhando pelos corredores, aquela Câmara tem uns corredores que são quadrados assim e fui caminhando, (...) Aí passei por uma companheira de um Sindicato Regional, passei por uma companheira de outro municipal, de entidades diferentes e encontrei um outro companheiro que era do sindicato dos artesãos, (...) Aí fizemos um ofício dirigido ao presidente da Câmara, pedindo espaço para as entidades discutirem o regimento interno e assinamos. (...) Aí o presidente da Câmara autorizou a nossa participação na discussão. E aí na discussão nós propusemos a criação do Fórum de Entidades, para discutir a lei Orgânica*”. A participação popular, como desordem à instituição tensiona o núcleo exigindo uma (re)organização. Em analogia com a imagem trazida, podemos pensar a ordem representada pelos corredores quadrados da Câmara e a possibilidade de desordem inaugurada pelo andar errante e inquieto, que ao seu fim, formaliza, com um ofício, um novo dispositivo capaz de integrar a desordem inicial, gerando uma nova ordem.

Segundo Baquero (2003), “o estabelecimento de uma ponte entre a dimensão institucional e as modalidades de democracia participativa é o desafio que os governos latino-americanos terão que enfrentar no futuro” (p.13). Dentro desse desafio, as tensões também se apresentam com a participação efetiva dos cidadãos na constituição das leis, como neste exemplo, em que o conhecimento, fruto da vivência cotidiana, passa a ser considerado: “*Chega na Dona T.(...): ‘eu tenho uma proposta, porque na vila tem muito homem sem vergonha, tem muito homem sem vergonha, tu não queiras saber. E eles ganham... tudo o que a gente ganha é para o homem. E aí eles recebem no nome deles, vendem, abandonam as mulheres e as mulheres ficam com os filhos e o título é deles.’ Então a concessão do direito real de uso deve ser feita ao homem e à mulher ao mesmo tempo e deve permanecer, no caso de separação deve permanecer com*

⁵ O Fórum de Entidades foi vinculado à Câmara Municipal desde sua criação. No entanto, em 2008, quando a Câmara Municipal decidiu protelar a avaliação do Plano Diretor para depois do pleito, em função de interesses que não diziam respeito à população e nem à cidade, as entidades, em repúdio, romperam com a Câmara e passaram a se reunir de forma independente na Assembléia Legislativa, somente sob coordenação de lideranças comunitárias. Era essa a situação quando comecei a frequentar as reuniões. Após a assunção do segundo mandato do prefeito José Fogaça, os trabalhos do Fórum de Entidades retornaram à Câmara sob a coordenação do Vereador Toni Proença e do arquiteto Nestor Nadruz (representando as Entidades).

quem ficar com a guarda dos filhos menores. Esse princípio foi a analfabeta da Dona T. que colocou na Lei...”⁶ As brechas para (re)organização se fazem presentes em outros espaços. O *Porto Alegre Vive* cria-se como articulação espontânea a partir de objetivos comuns, articulados em um espaço formal (Fórum Municipal de Planejamento), compondo com encontros informais e tensionando outros espaços de participação institucionais – Fórum de Entidades. É a criação de espaços de encontro e troca de ideias que permite a emergência de soluções criativas para problemáticas comuns.

A rede como paradigma da não-fronteira: tensões de distribuição transfigurando as relações democráticas

O padrão de organização distribuída está presente no modo como os cidadãos têm buscado exercer a democracia direta, através da criação de espaços de interlocução, de debates, de disseminação de posicionamentos, divulgação de ações, entre outras estratégias. Abusca pela democracia participativa se dá por meio de instrumentos formais e informais. Assim, algumas organizações preferem a informalidade do “*Movimento*” e outras, a institucionalização, tornando-se ONGs. Podemos pensar na formalização como pertencente à cultura da disjunção, pois quando um grupo formaliza uma instituição, cria uma fronteira que, de algum modo, exclui os demais nodos (fronteira da formalidade). Quando nomeamos os representantes da associação, criamos hierarquia e mediação no fluxo da rede, produzindo disjunção de nodos. Também é disjuntivo o fato de que a organização passa a ser regida por um estatuto, ou seja, cria-se um “*modus operandi*”. Ao contrário, a condição de auto-organização e cooperação está diretamente associada à possibilidade de construir relações democráticas, segundo o pensamento de John Dewey (Franco & Pogrebinski, 2008). Esse pensador coloca em foco as ações em comunidade, afirmando que a democracia é

[...] uma aposta de que os seres humanos comuns podem, sim, aprender a se auto-conduzir – mesmo que não possuam nenhuma ciência ou técnica específica – quando imersos em ambientes que favoreçam ao exercício coletivo dessa educação democrática. Ora, esses ambientes são os ambientes comunitários, constituídos pela prática cooperativa das pessoas que se conectam umas às outras e atuam coletivamente em prol de objetivos comuns. (p.18)

A ampliação da escala de cooperação é possível através da rede não-mediada. Franco (2004) associa a possibilidade de ampliação de cooperação com um ambiente em que as relações se organizem de maneira mais distribuída, propícias à expressão de processos democrático-participativos.

Podemos aqui evocar o conceito de auto-eco-organização, de Morin (2005a)- considerando os sujeitos e o próprio movimento urbano como sistemas auto-eco-organizados: possuem autonomia na articulação de estratégias e parceiros, ao mesmo tempo em que são dependentes de uma série de rituais, leis, códigos, burocracias, determinados pela centralização. Segundo Pereira (2008), Estado e Sociedade são configurações interdependentes. Ao mesmo tempo em que a sociedade organiza-se espontaneamente de acordo com as demandas que possui, necessita de interlocução com o governo (máquina burocrática), devendo ser iniciada em seus códigos. A estrutura burocrática, que historicamente garantiu a descentraliza-

⁶ Relato do processo de produção da Lei Orgânica de Porto Alegre, ocasião em que o Fórum de Entidades foi criado, como espaço de participação popular junto ao Legislativo.

ção do Estado, apresenta-se, muitas vezes, como um sistema extremamente centralizado e autorreferente.

Ainda, quanto à centralização promovida pelos procedimentos burocráticos, registro em diário de campo, no dia 29 de julho de 2009: “*os peritos contratados pelo Ministério Público para fornecer os laudos sequer sabiam quem era o arquiteto que projetou as casinhas, um dos arquitetos mais conhecidos do Brasil, cuja obra remete às origens de Porto Alegre, fato que foi descoberto através do movimento da população*”. Assim, os procedimentos tornam-se autorreferentes (laudos incompletos) dando respaldo a decisões arbitrárias, alheias à participação dos cidadãos. Para essa luta de preservação específica, a Associação entrou em contato com órgãos como o IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Cultural Nacional), o EPHAC (Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural), o COMPHAC (Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural), todas instituições vinculadas ao governo, atuando em cooperação através da mesma lógica administrativo-burocrática.

O poder público constitui-se ora por processos centralizados, hierárquicos, ora distribuídos, em que interesses diversos compõem uma rede de forças sem centro, sem elemento regulador: sociedade organizada, poder público, grupos econômicos cujas conexões não são declaradas (invisíveis): “*Tem grupos econômicos que são ligados aos grupos daqui, que transferem as informações, (...) é um grupo bem consolidado, viu, muito capaz e muito experiente que sabe como corromper o... (...) por vias ideológicas, por vias materiais, difícil de tu conseguir localizar... e a falta também do poder jurídico, não se qualificar, (...) ‘não mas isso aqui não é lei ainda, então não pode’... eles querem que a coisa seja lei para se debater. E enquanto a lei normalmente está consolidada e não tem como mudar, nem na justiça muda. Então a coisa está... nós todos estamos assim, poder público, sociedade, poder judiciário, poder legislativo estamos refêns desse poder*”. Morin e Kern (1995) já anunciavam a fragmentação e esvaziamento da política, tradicional pela incorporação da economia, da técnica e, em função dela, dos *experts*, que acabaram por fragmentar ainda mais o espaço da política institucional. Enunciam o esvaziamento político pelo enfraquecimento dos antagonismos ideológicos (partidários) em proveito de interesses econômicos que se tornaram prioritários. “Assim, na fase atual, o econômico guia e até mesmo absorve o político” (p.144). Se por um lado, o poder público aparece como legitimador de determinadas práticas quando elas fazem parte da agenda política: “*as pessoas começaram a acreditar mais, já que existia uma coisa pública de preservação... não é?*”, o que apresenta uma inversão, em que o Estado legitima as ações da sociedade e não o contrário. Por outro, os movimentos reivindicam seu lugar na deliberação de questões acerca da gestão do espaço urbano: “*Vamos citar o nosso caso aqui: no momento em que oito mil pessoas firmam um documento dizendo discordar frontalmente com que seja descaracterizada uma parte do seu bairro e essa vontade não é respeitada, seja por qual for o poder – executivo, legislativo, ou o judiciário mesmo – está havendo uma agressão à cidadania legítima*”. Esse jogo de forças reconfigura as possibilidades de movimentação e resistência. A lógica da distribuição também parece constituir o cenário da política partidária no contemporâneo, em que já não é possível identificar ideologias bem definidas. Os nodos da rede vão se transfigurando através de relações de interesses, personagens e ações difusas: “*Hoje o inimigo, o adversário é difuso. Tu não sabe onde ele tá. Tu identifica o que realmente eles querem, agora a maneira que eles usam, os artifícios que eles usam, fica difuso isso. Antes era muito clara a divisão entre bem e mal, digamos assim, se é que tu me permites... Hoje é difícil. Hoje tem gente que prega coisas típicas de direita dentro da esquerda e tem gente que prega ações de esquerda dentro da direita.*” As falas apontam para o domínio de interesses econômicos sobre o poder público - Estado, tanto no âmbito executivo, judiciário, quanto legislativo: “*O que tu percebes é que, via de regra, o que fala alto é o empreendedor, entendeu*”.

A iniciativa privada aparece como mais um poder ao lado dos três poderes que constituem o Estado Democrático de Direito. Constitui-se poder na formalidade, através de estratégias como as Parcerias Público-Privadas e também informalmente, atuando sobre as decisões do espaço público estatal “*eles continuam com aquele processo deles, eles têm a garantia do poder público, né, da prefeitura, têm a garantia da Câmara, tem a garantia dos seus componentes econômicos, a sociedade que se lixe.*”. Com conexões não declaradas entre poder público estatal e grupos econômicos há uma progressiva dissolução da clara fronteira entre o público e o privado. A ideia da rede como paradigma de não-fronteiras nos ajuda a compreender essa dinâmica. As noções de espaços público e privado passam a dar lugar a um entendimento de redes, nodos em constante tensionamento, que envolvem poderes econômicos, políticos, técnicos, intenções, interesses e desejos das mais diversas ordens. A imagem da rede é capaz de dar conta dessa integração, de uma unidade na diversidade, de uma uni-multiplicidade da esfera pública. Nas denúncias de corrupção, o interesse privado passa a ganhar espaço no cenário público, a partir de uma rede cujas conexões não são declaradas: “*Mas eles eram melhores, tinham até um ideal, mas o poder corrompe. O poder e a grana que te oferecem, entendeu? Todo mundo tem um preço. Entendeu? E é isso.*”.

Scarparo (2007) nos fala sobre a construção do que chamamos espaços público e privado, resgatando que somente no século XVIII é que essas dimensões foram diferenciadas, juntamente com a diferenciação entre relações econômicas e políticas, entre a sociedade civil (relações entre indivíduos) e o Estado (interesses gerais). Assim, o Estado Liberal se funda na rígida separação entre Estado – não intervencionista – e Sociedade Civil – regulada pelo livre mercado. Essa dicotomia abarca dois lados de uma mesma moeda: um lado, a defesa da propriedade e da manutenção do *status quo* e, o outro, a defesa dos direitos fundamentais. No entanto, quanto mais se desenvolve a autonomia de ações e a cidadania no tecido social, menos sentido tem essa fronteira entre o privado e o público, “visto que a autonomia privada e os direitos individuais, a partir de então, não mais puderam ser compreendidos isolados dos valores sociais da comunidade” (p.215). O autor ainda conclui que, atualmente, há, no mundo jurídico, a valorização da noção de cooperação entre o social e o particular, num contexto em que se torna fundamental considerar a integração entre interesses públicos e privados.

Os movimentos articulados e concebidos como redes, com maior ou menor grau de centralização/distribuição passam a compor um cenário social em que no lugar da legitimidade associada aos movimentos de massa, surgem as articulações em redes. A legitimidade do movimento se dá pela qualidade e estratégia de articulação dessas redes em cooperação e não pela ação em massa: “*nós nunca conseguimos juntar cem pessoas para fazer um abraço da porta do shopping ali na Gonçalo até a Santo Antônio, nunca conseguimos cem pessoas que morassem ali.*” A ideia da rede possibilita pensar na abertura à multiplicidade, não é uma voz em uníssono, mas múltiplas vozes muito diversas em aliança de propósitos.

Considerações Finais: “as Associações de Bairro vêm ganhando força no cenário político da cidade”

Nosso objetivo, neste capítulo, foi o de traçar um desenho das redes demovimentos urbanos, buscando compreender seus contornos, de que modo os actantes se articulam. Estabelecemos um diálogo com as noções de espaço público e privado, refletindo a respeito de como os movimentos em rede são capazes de configurar de outros modos a vivência de processos democráticos. A visualização de relações distribuídas no tecido social nos permite relativizar as noções de local e global, a própria noção de território. Aborda-

mos relações em redes distribuídas como possibilidade de repensar relações democráticas, por meio da não mediação, ou ainda pela sua atenuação. Essas relações são compreendidas como tentativas de criar formas de exercer a democracia direta, apontando para a insuficiência do modelo de democracia representativa como única forma de deliberação em uma sociedade cada vez mais múltipla e heterogênea. Marcamos igualmente a transfiguração de espaços que anteriormente eram tomados como espaços de representação e passam a ser considerados, aqui, como espaços de participação, por suas propriedades e pelo modo como se articulam. Assim, compreendemos as redes distribuídas como conexões que se estabelecem a partir da partilha de sentidos, desejos e intenções em um movimento que surge da possibilidade de cooperação e também a gera, recursivamente.

As redes distribuídas também se fazem presentes nos espaços de decisão quanto à gestão da cidade, tensionando deliberações que envolvem governo, sociedade civil e iniciativa privada – confundem-se, mais uma vez, as dimensões do público e do privado, estabelecendo-se uma lógica de rede - lógica da não-fronteira. Nesse caso, vemos o privado tomar conta do público em seu aspecto deliberativo e, o público tomando contado privado em seu aspecto regulador. As articulações propostas neste texto apontam para uma necessidade de integração no sentido de buscarmos uma política multidimensional, capaz de associar administração, técnica, economia, sem se deixar dissolver por esses elementos. Entendemos os movimentos urbanos como espaços políticos de auto-eco-organização social, formações espontâneas, campos profícuos para o florescimento de uma política mais integradora e flexível. Ao repensarmos relações democráticas, firmamos a necessidade de fazer dialogar ordem e desordem em um processo fluido, em contraposição às enrijecidas instituições estatais que, lentas para uma sociedade em que as transformações se dão de forma mais rápida e dinâmica a cada instante, são incapazes de dar conta de tudo a que se propõem, bem como de representar a heterogeneidade crescente do tecido social.

REFERÊNCIAS

- Baquero, M. (2003, september-december). A dimensão oculta da democracia contemporânea: desigualdade, cultura política e capital social no Brasil. In: *Redes – Revista do Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento regional*. 3, 8. UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul. p. 9-37.
- Castells, M. (1999). *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura – a sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- Debord, G. (1997). *A sociedade do espetáculo*. Abreu, E. S. (Transl.). Rio de Janeiro: Contraponto.
- Deleuze, G., Guattari, F. (1995) *Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia*, vol. 1. Neto, A. G. & Costa, C. P. (Transl.). Rio de Janeiro: Ed. 34.
- Franco, A. (2004). *O lugar mais desenvolvido do mundo: investindo no capital social*. Brasília: AED – Agência de Educação para o Desenvolvimento.
- Franco, A. (2008). *Escola de redes – novas visões: sobre a sociedade, o desenvolvimento, a Internet e o mundo globalizado*. Curitiba: Escola-de-redes.
- Franco, A. & Pogrebinski, T. (2008). *Democracia Cooperativa: escritos políticos escolhidos de John Dewey*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- França Filho, G. C. F. (2002, june). Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. In: *Bahia Análise e Dados*. Salvador: SEI, 1, 12, p.9-19.
- Jesus, R. P. (2007, september). Mutualismo e desenvolvimento econômico no Brasil do século XIX. In: *OIDLES – Observatório Iberoamericano Del Desarrollo Local y La Economia Social*. 1.
- Mance, E. A. (2000). *A evolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Martinho, C. (2004). *Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização*. (2. ed.). Brasília: WWF Brasil.
- Martinho, C. (2004a). *Desafios do Trabalho em Rede*. In: *Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização*. Brasília: WWF Brasil – CD ROM.
- Moraes, M. (2004, may-august). A ciência como rede de atores: ressonâncias filosóficas. In: *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. 11(2).
- Morin, E. (2005). *Ciência com Consciência*. (9.ed.). Alexandre, M., Dória, M. A. S. (Transl.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Morin, E. (2005a). *O Método 2 – A vida da vida*. (3.ed.). Lobo, M. (Transl.). Porto Alegre: Sulina.
- Morin, E. & Kern, A. B. (1995). *Terra-Pátria*. Silva, P. A. N. (Transl.). Porto Alegre: Sulina.
- Musso, P. (2004). *A Filosofia da Rede*. In: PARENTE, André (Org.). *Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*. Porto Alegre: Sulina.

Passos, E., Barros, R. B. (2009). A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: Passos, E., Kastrup, V., Escóssia, L. *Pistas do Método da Cartografia: pesquisa, intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.

Passos, E., Kastrup, V., Escóssia, L. (2009). *Pistas do Método da Cartografia: pesquisa, intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.

Pereira, P. A. P. (2008). *Política Social: temas e questões*. São Paulo: Cortez.

Scarparo, E. (2007). A dicotomia público-privado no Direito Processual Civil. In: Molinaro, C. A., Milhorranza, M. G., Porto, S. G. (Coord.). *Constituição, Jurisdição e Processo: estudos em homenagem aos 55 anos da Revista Jurídica*. Sapucaia do Sul: Notadez.

Santos, B. S. (2001). *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento.

Ugarte, D. (2008). *El Poder de las Redes*. Porto Alegre: EDIPUCR